

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 03/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar trata da necessidade de assegurar à viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência, cujo objeto é a contratação de empresa especializada da região, para futura e eventual aquisição de Kits de Bebê na modalidade de Pregão Eletrônico pelo método auxiliar de Registro de Preços, com fundamentos na Lei nº.14.133/2021, para atender as demandas dos usuários em situação de vulnerabilidade social atendidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e CRAS João Onofre Fagundes.

1.2 A aquisição dos Kits de Bebê, são essenciais para a continuidade dos serviços socioassistenciais, executando a ação que faz parte dos Projetos/ Programas Sociais, previstos no Plano Municipal de Assistência Social 2026 a 2029, com embasamento nos regulamentos previstos na Resolução 03/2021, Resolução 04/2021 do Conselho Municipal de Assistência Social, por meio da oferta de benefícios eventuais, na modalidade de Auxílio Natalidade, pelo CRAS João Onofre Fagundes.

1.3 O estudo aqui apresentado tem como objetivo a realização de licitação para registro de preços para futura e eventual aquisição de kits de bebê, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e CRAS João Onofre Fagundes do Município de Comendador Gomes/MG, itens estes que se enquadram na categoria de bens comuns para a Administração Municipal.

1.4 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresentar os devidos estudos para descrever o processo a ser contratado sob as normas vigentes da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito municipal através do Decreto Municipal nº 1541 de 29/12/2023.

1.5 O objeto a ser contratado enquadra-se como itens comuns de que trata o art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o Art. 4º § 1º do Decreto Municipal nº 1541 de 29/12/2023 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no Município de Comendador Gomes/MG, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade da concessão de benefícios eventuais na modalidade de auxílio natalidade, executados pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS João Onofre Fagundes, em atendimento às famílias e gestantes em situação de vulnerabilidade social temporária no Município de Comendador Gomes/MG.

2.2 Os benefícios eventuais constituem provisões suplementares e provisórias integrantes da política pública de assistência social, destinadas ao atendimento de situações de vulnerabilidade decorrentes de nascimento, morte, calamidade pública ou outras contingências sociais, conforme previsto na Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e nas regulamentações municipais vigentes.

2.3 No âmbito da política municipal de assistência social, o auxílio natalidade é operacionalizado mediante a concessão de kits de bebê compostos por itens essenciais aos cuidados iniciais do recém-nascido, contribuindo para a proteção social das famílias beneficiárias e para a garantia de condições mínimas de dignidade no período pós-parto.

2.4 A demanda justifica-se pela necessidade de manutenção da oferta contínua desse benefício socioassistencial, evitando descontinuidade no atendimento às famílias que preencham os critérios estabelecidos pela legislação municipal e pelas normativas do Conselho Municipal de Assistência Social.

2.5 A ausência de contratação poderá comprometer a execução dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pelo CRAS João Onofre Fagundes, prejudicando a capacidade do Município de atender adequadamente às demandas relacionadas ao auxílio natalidade e ocasionando riscos à efetividade da política pública de assistência social.

2.6 A estimativa da demanda foi elaborada com base no histórico de concessões realizadas pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, nas projeções de atendimento para o exercício de 2026 e na necessidade de manutenção de estoque suficiente para atendimento tempestivo das solicitações regularmente deferidas pela equipe técnica responsável.

2.7 Considerando que a concessão dos kits de bebê ocorre de forma variável ao longo do exercício, conforme a efetiva demanda apresentada pelas famílias beneficiárias, mostra-se necessária a adoção de solução que proporcione flexibilidade no fornecimento, disponibilidade contínua dos itens e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.8 Dessa forma, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade da execução dos benefícios eventuais vinculados à política municipal de assistência social, garantindo atendimento adequado às famílias em situação de vulnerabilidade social e contribuindo para a efetivação dos direitos socioassistenciais previstos na legislação vigente.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 Apesar de não ter sido realizado o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2026, a necessidade de aquisição dos Kits de Bebê para a Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação de Comendador Gomes/MG permanece crucial para garantir a continuidade e o boa execução dos serviços socioassistenciais, por meio da oferta dos benefícios eventuais às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social temporária. A ausência do PCA não prejudica a realização do certame licitatório, pois a contratação de empresas para registro de preços é uma demanda urgente e emergencial, que visa suprir as necessidades dos beneficiários dos programas sociais.

3.2 A realização do certame se justifica pela necessidade de atender as demandas do CRAS João Onofre Fagundes, por meio da concessão de benefícios eventuais, as gestantes que se enquadram em situação de vulnerabilidade social. A não inclusão no PCA não exime a Administração Municipal de providenciar a contratação, uma vez que a Lei nº 14.133/21 permite a realização de licitações mesmo fora do planejamento anual, quando houver necessidades imprevistas ou urgentes.

3.3 Portanto, a realização deste processo licitatório é imprescindível para atender às demandas imediatas da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e assegurar a concessão de benefícios eventuais na modalidade de auxílio natalidade, sem comprometer a oferta dos serviços socioassistenciais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá contemplar o fornecimento de kits de bebê compostos por itens destinados ao atendimento das necessidades básicas do recém-nascido e da mãe no período pós-parto, conforme especificações, quantitativos e padrões mínimos de qualidade definidos neste Estudo Técnico Preliminar e posteriormente detalhados no Termo de Referência.

4.2 Todos os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, acondicionados adequadamente e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis aos respectivos itens.

4.3 Os materiais que compõem os kits deverão possuir características compatíveis com sua finalidade, observando requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e conforto, de forma a garantir sua adequada utilização pelos beneficiários da política pública.

4.4 Os produtos sujeitos à regulamentação específica deverão possuir registro, certificação, autorização ou qualquer outro requisito exigido pelos órgãos competentes, quando aplicável.

4.5 A contratada deverá assegurar a substituição dos produtos que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades ou divergências em relação às especificações exigidas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.6 O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, observadas as quantidades efetivamente solicitadas durante a vigência da contratação.

4.7 Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, devidamente acondicionados, embalados e identificados, de forma a preservar sua integridade durante o transporte, armazenamento e distribuição.

4.8 A solução deverá permitir o atendimento contínuo das demandas relacionadas à concessão do auxílio natalidade, garantindo disponibilidade dos itens durante toda a vigência da contratação e evitando a interrupção da política pública de assistência social.

4.9 Em razão da natureza dos materiais a serem adquiridos, não será admitido o fornecimento de produtos usados, remanufaturados, recondicionados, com prazo de validade incompatível com sua utilização ou que não atendam às especificações mínimas estabelecidas pela Administração.

4.10 Os produtos fornecidos deverão observar, quando aplicável, as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e demais órgãos reguladores competentes.

4.11 A contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência, padronização e sustentabilidade, buscando garantir o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a adequada execução da política municipal de assistência social.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de concessão de benefícios eventuais na modalidade auxílio natalidade realizado pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, considerando os quantitativos efetivamente distribuídos em exercícios anteriores, a demanda projetada para o exercício de 2026 e a necessidade de manutenção de estoque suficiente para atendimento contínuo das famílias beneficiárias.

5.2 Considerando que o auxílio natalidade é concedido por meio da entrega de kits de bebê compostos por itens essenciais aos cuidados iniciais do recém-nascido, estimou-se a aquisição de 40 (quarenta) kits completos durante a vigência da futura contratação.

5.3 Os quantitativos estimados foram definidos com base nas necessidades identificadas pela equipe técnica responsável pela execução da política pública de assistência social, podendo a aquisição ocorrer de forma parcelada, conforme a efetiva demanda apresentada ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

5.4 Para composição dos kits de bebê, foram considerados os seguintes quantitativos:

Lote	Item/ Cód.	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	1	1- BANHEIRA CATMAT 467566 Descrição: banheira infantil 20L, com ralo para UN 12 12 401,16, escoamento de água atólica, confeccionada em plástico, local apropriado para colocar sabonete e esponja cores neutras.	40	R\$ 31,50	R\$ 1.260,00
	2	2- CONJUNTO CALÇA E BODY CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO CJ 12 12 541,20 Descrição: conjunto de calça e body manga longa liso ou estampado, unissex tamanho P.	40	R\$ 38,50	R\$ 1.540,00
	3	3- FRALDA DE BOCA BABITA CATMAT SIMILAR 255395 Devido a sua alta UN 12 12 224,88 capacidade de reter líquido, permite uma troca mais prolongada, deixando o bebê sequinho por mais tempo. Usado como fraldinha de ombro. Usado para forrar superfícies em passeios. Usado para cobrir o bebê conforto e/ou carrinho na hora da soneca em passeios. Estampas delicadas e modernas. Tecido de fralda 100% algodão, ideal para a pele do bebê. Unissex.	40	R\$ 15,10	R\$ 604,00
	4	4- FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL CATMAT SIMILAR 358087 Descrição: fralda UN 12 12 33,24 descartavel, composição polpa de celulosa, polímero sub absorvente, película de polietileno. Tamanho p (3 a 6kg) em pacotes contendo de 10 a 12 fraldas.	40	R\$ 30,19	R\$ 1.207,60
	5	5- MACACÃO CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO Descrição: macacão UN 12 12 344,88 recém nascido, manga longa, material algodão/poliéster tamanho p.	40	R\$ 28,30	R\$ 1.132,00
	6	6- MAMADEIRA CATMAT 225420 Descrição: kit mamadeira (simples) modelo KT 12 12 634,56 master, bico de silicone (pacote 3 unidades) cores neutras.	40	R\$ 29,10	R\$ 1.164,00
	7	7- MANTA COBERTOR CATMAT 478025 Descrição: manta cobertor 35X100 UN 12 12 368,52 (simples) em microfibra para bebê recém nascido, antialérgico 100% poliéster, cores neutras.	40	R\$ 29,25	R\$ 1.170,00

	8	8- MEIA PARA BEBÊ CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO Descrição: PR 12 12 56,88 meia de malha 100% algodão, cores neutras tamanho RN.	40 pare s	R\$ 8,00	R\$ 320,00
--	---	--	-----------------	----------	------------

5.5. Os quantitativos possuem caráter estimativo e destinam-se ao planejamento da contratação e à formação do registro de preços, não constituindo obrigação de aquisição integral pela Administração, que realizará as contratações conforme sua necessidade, disponibilidade orçamentária e demanda efetivamente apresentada durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, foram analisadas as alternativas disponíveis para aquisição dos kits de bebê destinados à concessão do benefício eventual de auxílio natalidade, observando-se critérios de economicidade, eficiência administrativa, disponibilidade orçamentária e adequação à dinâmica da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação.

6.2 Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de realização de aquisição única, com fornecimento integral dos quantitativos estimados em uma única entrega. Entretanto, verificou-se que essa alternativa não se mostra a mais adequada, considerando que a concessão dos benefícios ocorre de forma variável ao longo do exercício, o que poderia resultar em formação de estoque excessivo, risco de deterioração ou desatualização de determinados itens e imobilização desnecessária de recursos públicos.

6.3 Também foi considerada a realização de contratações pontuais à medida que surgissem as demandas da Administração. Contudo, essa alternativa apresentaria baixa eficiência administrativa, exigindo a instauração frequente de novos processos de contratação para aquisição de itens de mesma natureza, aumentando custos operacionais, tempo de tramitação processual e riscos de descontinuidade do atendimento aos beneficiários.

6.4 Diante das alternativas analisadas, verificou-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada. Esse modelo permite que a Administração registre previamente os preços dos itens que compõem os kits de bebê e realize as aquisições de forma parcelada, conforme a demanda efetivamente apresentada durante a vigência da ata.

6.5 A adoção do Registro de Preços proporciona maior flexibilidade na gestão da contratação, uma vez que possibilita o fornecimento sob demanda, reduz a necessidade de manutenção de grandes estoques, evita aquisições em quantitativos superiores às necessidades reais e permite melhor planejamento da execução orçamentária e financeira.

6.6 Além disso, o modelo favorece a continuidade da política pública de assistência social, assegurando disponibilidade dos itens necessários para composição dos kits de bebê durante todo o período de vigência da contratação, sem a necessidade de realização de novos procedimentos licitatórios sempre que houver necessidade de reposição dos materiais.

6.7 O levantamento realizado também evidenciou a existência de fornecedores aptos a atender ao objeto pretendido, sendo possível identificar ampla oferta dos produtos no mercado, circunstância que favorece a competitividade do certame e a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

6.8 Diante do exposto, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços constitui a alternativa mais eficiente e economicamente adequada para atendimento da demanda, por permitir aquisições parceladas, compatíveis com a efetiva necessidade da Administração, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e continuidade da concessão do benefício eventual de auxílio natalidade.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, considerando valores praticados no mercado para fornecimento dos itens que compõem os kits de bebê objeto da presente contratação.

7.2 Para formação do preço estimado, foram considerados os valores unitários obtidos durante a fase de pesquisa de mercado, sendo adotados critérios técnicos destinados à obtenção de referência compatível com a realidade mercadológica e com as necessidades da Administração.

7.3 Com base nos quantitativos estimados e nos preços de referência apurados, o valor global estimado da contratação corresponde a **R\$8.397,60 (oito mil, trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**.

7.4 O valor estimado possui caráter referencial e foi estabelecido exclusivamente para fins de planejamento da contratação, verificação da disponibilidade orçamentária e definição da vantajosidade da solução pretendida, não representando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

7.5 Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, as aquisições ocorrerão de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração, observados os quantitativos solicitados, a disponibilidade orçamentária e os preços registrados na futura Ata de Registro de Preços.

7.6 A estimativa realizada demonstra a viabilidade econômica da contratação e sua compatibilidade com os recursos destinados à execução da política municipal de assistência social, especialmente no atendimento dos benefícios eventuais vinculados ao auxílio natalidade.

Lote	Item/ Cód.	Descrição	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	1	1- BANHEIRA CATMAT 467566 Descrição: banheira infantil 20L, com ralo para UN 12 12 401,16, escoamento de água atólica, confeccionada em plástico, local apropriado para colocar sabonete e esponja cores neutras.	40	R\$ 31,50	R\$ 1.260,00
	2	2- CONJUNTO CALÇA E BODY CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO CJ 12 12 541,20 Descrição: conjunto de calça e body manga longa liso ou estampado, unissex tamanho P.	40	R\$ 38,50	R\$ 1.540,00
	3	3- FRALDA DE BOCA BABITA CATMAT SIMILAR 255395 Devido a sua alta UN 12 12 224,88 capacidade de reter líquido, permite uma troca mais prolongada, deixando o bebê sequinho por mais tempo. Usado como fraldinha de ombro. Usado para forrar superfícies em passeios. Usado para cobrir o bebê conforto e/ou carrinho na hora da soneca em passeios. Estampas delicadas e modernas. Tecido de fralda 100% algodão, ideal para a pele do bebê. Unissex.	40	R\$ 15,10	R\$ 604,00
	4	4- FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL CATMAT SIMILAR 358087 Descrição: fralda UN 12 12 33,24 descartavel, composição polpa de celulosa, polímero sub absorvente, película de polietileno. Tamanho p (3 a 6kg) em pacotes contendo de 10 a 12 fraldas.	40	R\$ 30,19	R\$ 1.207,60
	5	5- MACACÃO CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO Descrição: macacão UN 12 12 344,88 recém nascido, manga longa, material algodão/poliéster tamanho p.	40	R\$ 28,30	R\$ 1.132,00
	6	6- MAMADEIRA CATMAT 225420 Descrição: kit mamadeira (simples) modelo KT 12 12 634,56 master, bico de silicone (pacote 3 unidades) cores neutras.	40	R\$ 29,10	R\$ 1.164,00
	7	7- MANTA COBERTOR CATMAT 478025 Descrição: manta cobertor 35X100 UN 12 12 368,52 (simples) em microfibras para bebê recém nascido, antialérgico 100% poliéster, cores neutras.	40	R\$ 29,25	R\$ 1.170,00
	8	8- MEIA PARA BEBÊ CÓDIGO CATMAT/CATSER NÃO LOCALIZADO Descrição: PR 12 12 56,88 meia de malha 100% algodão, cores neutras tamanho RN.	40 pare s	R\$ 8,00	R\$ 320,00

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 Com base na eventual licitação realizada por meio deste procedimento, estimamos que toda a demanda atual do Município referente às aquisições de kits de bebê, visto que o procedimento licitatório de 2025 encerrou, sendo que até então não adquirimos mais os respectivos kits de bebê.

8.2 Desta forma em questão, o procedimento proporcionará imediato atendimento às demandas sociais, que são usuais e essenciais ao interesse da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho, a qual buscamos chegar em um consenso para que não ocorra desabastecimento de kits de bebê, para a concessão de benefícios eventuais às gestantes em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo CRAS João Onofre Fagundes.

8.3 O procedimento possui características vantajosas para a Administração Municipal, não obrigando a Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho a promover às aquisições no total, contudo, condiciona o

licitante vencedor ao compromisso de manter a proposta por determinado lapso temporal, salvo ocorrência de fatos supervenientes e comprovadas alterações dos custos dos insumos.

8.4 Contudo, a Ata de Registro de Preço de acordo com o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ter validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, o que viabiliza um atendimento mínimo de 12 (Doze meses), podendo, desde que haja fundamentação, sua prorrogação por prazo igual, atendendo em tempo superior a demanda municipal.

8.5 Cabe ressaltar que a escolha realizada é legal, indo ao encontro com princípios norteadores da Administração Pública como é o caso do princípio de economicidade, interesse público, transparência e principalmente a impessoalidade realizada por meio de certames públicos, o qual buscamos a concretização de resultados com o menor custo possível para o Município.

8.6 A implementação desta solução permitirá ao município atender por meio da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, de forma eficiente e contínua as suas necessidades, além de promover a economia e a eficiência administrativa, haja vista que por tratar-se de executivo municipal.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1 Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2 No presente caso, os itens que compõem o kit de bebê possuem natureza semelhante, são destinados à mesma finalidade e integram um conjunto de materiais necessários à concessão do benefício eventual de auxílio natalidade. Dessa forma, a contratação em lote mostra-se tecnicamente adequada, uma vez que preserva a padronização dos kits distribuídos pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e proporciona maior eficiência na gestão contratual.

9.3 Embora o objeto seja contratado em lote, o fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme as necessidades efetivamente apresentadas pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.4 A adoção do fornecimento parcelado justifica-se pela impossibilidade de previsão exata da demanda de beneficiários ao longo do exercício, uma vez que a concessão do auxílio natalidade está diretamente relacionada às solicitações apresentadas e deferidas pela equipe técnica responsável.

9.5 Esse modelo permite à Administração adquirir os materiais apenas quando necessários, evitando formação excessiva de estoques, reduzindo riscos de perdas, deterioração ou obsolescência dos produtos e promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

9.6 Assim, conclui-se que a contratação em lote, associada ao fornecimento parcelado por meio do Sistema de Registro de Preços, constitui a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada, assegurando economicidade, eficiência e continuidade da execução da política pública de assistência social.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com base na realização deste ETP, chegamos à conclusão de que os kits de bebê aqui referendados são essenciais à plena execução dos serviços socioassistenciais, por meio da oferta dos benefícios eventuais ao público atendido pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e CRAS João Onofre Fagundes, de Comendador Gomes/MG, assim sendo, há inúmeros benefícios que a contratação ocasionará, sendo:

- Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;
- Utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada aquisição;
- Aquisição de produtos com garantia de boa qualidade;
- Maior agilidade e presteza nos fornecimentos dos kits de bebê ao órgão solicitante;

- As futuras aquisições têm por objetivo também diminuir os custos e evitar a prática de preços divergentes dos mesmos produtos.

10.2 Ademais, a licitação a ser realizada por meio deste termo propiciará que a demanda seja atendida, motivo pelo qual chega-se ao resultado de que a melhor forma de atender o interesse público é a realização de licitação por meio do procedimento auxiliar de Registro de Preços, visando o atendimento imediato da demanda, bem como leva em consideração que a demanda da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e CRAS João Onofre Fagundes se dá de maneira rotineira, mas necessidade de que seja atendida de forma imediata.

10.3 Desta forma, concluímos que a realização deste certame ocasionará benefícios essenciais ao Fundo Municipal de Assistência Social, visando assim um atendimento eficiente e com custo gerenciado pelos setores administrativos, o que buscamos com base na economia de escala que o registro de preço (procedimento auxiliar) ocasionará.

10.4 Ademais, a realização deste certame irá proporcionar atendimento imediato às demandas futuras que a Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação e CRAS João Onofre Fagundes tem, razão pela qual consequentemente permitirá a realização de possível estoque de cobertores, visando economia de escala, bem como proporcionará atendimento e fomento das demandas municipais.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 Para viabilizar a futura contratação, a Administração deverá adotar as providências necessárias à instrução do processo licitatório, incluindo a elaboração e aprovação dos documentos de planejamento, a realização da pesquisa de preços, a definição das especificações técnicas dos itens que compõem os kits de bebê e a verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento das despesas decorrentes da contratação.

11.2 A Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação deverá manter atualizadas as informações relativas à demanda estimada para concessão dos benefícios eventuais na modalidade auxílio natalidade, de modo a subsidiar o planejamento das futuras aquisições e o gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

11.3 Não se verifica a necessidade de realização de adequações estruturais, aquisição de equipamentos, contratação de pessoal adicional ou implementação de sistemas específicos para execução da contratação pretendida, uma vez que o Município já dispõe da estrutura administrativa necessária para recebimento, armazenamento, controle e distribuição dos materiais.

11.4 A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor formalmente designado pela Administração, cabendo-lhe verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela futura contratada, a conformidade dos produtos fornecidos e a regular execução da Ata de Registro de Preços.

11.5 Considerando a natureza da demanda, caracterizada por consumo variável ao longo do exercício e pela impossibilidade de definição precisa das quantidades efetivamente necessárias, mostra-se adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.6 A adoção do Registro de Preços permitirá à Administração realizar aquisições de forma parcelada e conforme a necessidade efetivamente apresentada, proporcionando maior flexibilidade na gestão dos estoques, racionalização dos recursos públicos e continuidade da execução da política municipal de assistência social.

11.7 O procedimento também possibilita a redução do número de contratações repetitivas para o mesmo objeto, promovendo maior eficiência administrativa, simplificação dos processos de aquisição e melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais envolvidos na gestão das compras públicas.

11.8 Dessa forma, conclui-se que não há providências prévias relevantes além das rotinas administrativas ordinárias já desempenhadas pelo Município, sendo o Sistema de Registro de Preços o instrumento mais adequado para atendimento da necessidade identificada neste Estudo Técnico Preliminar.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes a este objeto.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Considerando a natureza dos objetos, conclui-se que não se aplica ao presente instrumento.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Com base nas informações levantadas durante a fase de planejamento, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, operacionalmente necessária e compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação para atendimento da política pública de assistência social relacionada à concessão do benefício eventual de auxílio natalidade.

14.2 O levantamento da demanda evidenciou a necessidade de manutenção do fornecimento dos kits de bebê destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Município, sendo a aquisição dos itens indispensável para assegurar a continuidade da execução dos benefícios eventuais previstos na legislação aplicável.

14.3 O estudo de mercado demonstrou a existência de fornecedores aptos ao atendimento do objeto, bem como a viabilidade de obtenção dos produtos em condições compatíveis com as necessidades da Administração, observados os padrões de qualidade exigidos para os materiais que compõem os kits de bebê.

14.4 Sob o aspecto econômico, a estimativa de preços realizada indica compatibilidade dos valores de referência com os praticados no mercado, demonstrando a viabilidade financeira da contratação e a adequação da solução proposta à disponibilidade de recursos da Administração.

14.5 A adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza variável da demanda, permitindo aquisições futuras e parceladas conforme a necessidade efetivamente apresentada pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

14.6 Verificou-se, ainda, que o Município dispõe de estrutura administrativa suficiente para gerenciamento da Ata de Registro de Preços, recebimento dos materiais, controle dos estoques e distribuição dos kits aos beneficiários, não sendo necessárias adequações estruturais relevantes para execução da contratação.

14.7 Diante das análises realizadas e dos elementos constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo para elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

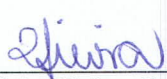
15. ANEXOS

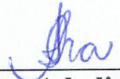
15.1 DFD nº 21/2026 e Estimativa de Preços.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

16.1 Fazem parte deste documento a Equipe Técnica composta pelas servidoras municipais: Adadiane Felisbino de Oliveira e Vitória Vieira Castro Nunes, os quais estão devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação a realizar os devidos procedimentos cabíveis para planejar e organizar as devidas contratações.

Comendador Gomes/MG, 18 de junho de 2026.


Vitória Vieira Castro Nunes
Orientadora Social


Adadiane Felisbino de Oliveira
Coordenadora do CRAS